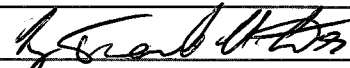


Gerência/Diretoria: COAJU/ASSNT/DIRAD/DIFIS
Protocolo nº: 33902. 442329/2016 - 30
Data: 23/06/2016 Hora: 16:40
Assinatura: 

Nota nº 86 /2016/COAJU/ASSNT/DIRAD/DIFIS

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2016.

Assunto: Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TCAC. Impossibilidade de interposição de recurso administrativo contra decisões da Coordenadoria de Ajustamento de Conduta – COAJU que indeferem requerimento de TCAC por ausência de conveniência e oportunidade. Inexistência de conveniência e oportunidade na celebração de TCAC referente ao artigo 35 da Resolução Normativa nº 124/2006 (Envio de Informações Periódicas).

Trata-se de encaminhamento à Diretoria Colegiada para ratificação do entendimento de que não é possível a interposição de recurso administrativo em face das decisões da COAJU que indeferem requerimento de TCAC por ausência de conveniência e oportunidade, especialmente nos casos de requerimentos de TCAC que têm por objeto o artigo 35 da RN nº 124/2006 (Envio de Informações Periódicas).

Ocorre que a COAJU tem recebido constantes pedidos de reconsideração das suas decisões que indeferem os requerimentos de TCAC supracitados, sendo que em muitos casos as Operadoras encaminham reiterados pedidos de reconsideração, conforme demonstra tabela abaixo:

REQ	OPERADORA
09/2016	UNIMED BELÉM - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO*
08/2016	UNIDENTAL - COOPERATIVA UNIÃO DOS DENTISTAS DO ESTADO DO CEARÁ
239/2015	UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
336/2015	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA - INPAO DENTAL*

*Operadoras que apresentaram pedidos reiterados de reconsideração



163/2015	UNIODONTO DE MARINGÁ
170/2015	UNIODONTO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
177/2015	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS*
209/2015	MEDPORTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
160/2015	UNIMED DE JOINVILLE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
58/2015	MULTI SAÚDE LTDA
48/2015	SOGELI PLANOS ODONTOLÓGICOS
57/2015	MEDIPLAN ASSISTENCIAL

Dessa forma, com o intuito de auxiliar a Diretoria Colegiada na ratificação do entendimento supracitado, seguem as considerações pertinentes sobre o tema em questão.

I – DA IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÕES DA COAJU QUE INDEFEREM REQUERIMENTO DE TCAC POR AUSÊNCIA DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE.

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TCAC, tem previsão no artigo 29 da Lei 9.656/98, sendo normatizado atualmente pela Resolução Normativa – RN nº 372/2015.

Através do instrumento do TCAC, a Administração Pública, exercitando faculdade que lhe convém, implementa suas políticas regulatórias de acordo com suas necessidades e pretensões. Assim, por ser uma faculdade da Administração, esclarece-se desde já que não há direito adquirido a celebração de TCAC pela parte que o requer.

Tal afirmativa está calcada no fato de que o processo administrativo no qual se ajusta e se celebra TCAC não tem como fim a aplicação de penalidade em razão da prática de conduta infrativa, não decorre do exercício do Poder de Polícia da Administração Pública, sendo na verdade um negócio jurídico bilateral, um acordo entre as partes, conforme esclarecido pela Procuradoria Federal através do PARECER n. 00014/2015/GEADM/PFANS/PGF/AGU.

Dessa forma, não havendo direito subjetivo à celebração de TCAC e inexistindo caráter sancionador em relação ao processo de ajuste, não existem subsídios a embasar a possibilidade de recurso em face de eventual decisão que indefira eventual requerimento para celebração de TCAC, eis que cabe à ANS decidir quais políticas públicas deseja implementar através de tal instrumento.

Reforçam tal entendimento a falta de previsão na Lei 9.656/98, bem como na Resolução Normativa nº 372/2015 de recurso a ser interposto contra a decisão em questão.

II – DA AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA NA CELEBRAÇÃO DE TCAC ACERCA DO ARTIGO 35 DA RN 124/2006 (ENVIO DE INFORMAÇÕES PERIÓDICAS)

A DIFIS, buscando estabelecer quais políticas públicas deveriam ser objeto de TCAC, encaminhou a DIDES, DIOPE e DIPRO o Memorando nº 01/2015/GGAAC/DIFIS, questionando tais Diretorias acerca da validade e do interesse de celebração de TCAC envolvendo o não envio de informações periódicas, infração tratada pelo artigo 35 da RN 124/2006.

Em resposta a tal questionamento, tais Diretorias, de forma unânime, responderam no sentido de inexistir interesse regulatório para celebrar TCAC, conforme disposto nos Despachos 228/2015/GGEFP/GGRE/DIPRO, 70/2015/GMOA/GGRAS/DIPRO, 72/2015/DIRAD/DIOPE e nos Memorandos 46/2015/DIRAD/DIOPE e 06/2015/ASSNT/DIRAD/DIDES, uma vez que o não envio, ou o envio intempestivo de tais informações obrigatórias prejudicam gravemente as atividades desempenhadas pelas Diretorias, impactando a realização das atividades finalísticas da ANS, bem como o desenvolvimento de estudos setoriais.

Assim, em respeito a orientação da DIPRO, DIDES e DIOPE, Diretorias que são destinatárias das informações periódicas, entendeu a DIFIS pela ausência de oportunidade e conveniência na celebração de TCAC no caso de infração ao artigo 35 da RN nº 124/2006.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, levando-se em consideração as informações e argumentos apresentadas, sugere-se que seja ratificado pela Diretoria Colegiada a impossibilidade de interposição de recurso administrativo em face das decisões da COAJU que indeferem requerimento de TCAC por ausência de conveniência e oportunidade, especialmente nos casos de requerimentos de TCAC que têm por objeto o artigo 35 da RN nº 124/2006 (Envio de Informações Periódicas).

À consideração superior para deliberação da proposta,


Marcus Teixeira Braz

Coordenador de Ajustamento de Conduta - COAJU

De acordo em 23/06/16. À Diretoria Colegiada para deliberação.


Rodrigo Rodrigues de Aguiar
Diretor Adjunto de Fiscalização

AA